

MASTERCLASS ★★★ PREMIUM

VIVIANE
MAFISSONI

ANDERSON
PEDRA
COORDENADOR TÉCNICO

CARMEN
CARNEIRO

RONNY
CHARLES

LEI Nº 14.133/2021

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

APLICAÇÃO, PROCESSO E CONTROLE

CURSO ONLINE

DURAÇÃO DO CURSO
4 SEMANAS

16h
CARGA HORÁRIA

SUORTE &
MENTORIAS

GRUPO DE
DISCUSSÃO

ACESSO DISPONÍVEL POR 90 DIAS

GRUPO  CENTRUM

LEI Nº 14.133/2021

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

APLICAÇÃO, PROCESSO E CONTROLE

MASTERCLASS ★★★
PREMIUM

MASTERCLASS PREMIUM

Sanções Administrativas na Lei 14.133/2021

Aplicação, Processo e Controle

Coordenador Técnico: Anderson Pedra

*Formação intensiva para atuação estratégica e segurança jurídica no Processo
Sancionador nas Contratações Públicas.*

APRESENTAÇÃO

A correta aplicação de **sanções administrativas** transcende o aspecto meramente sancionatório; trata-se de um pilar fundamental para a efetividade, a integridade e a governança nas contratações públicas. O Grupo Centrum apresenta uma nova edição do **Masterclass Premium**, desenhada para suprir a demanda técnica inerente a essa complexa função administrativa.

Com a consolidação da **Lei nº 14.133/2021**, a condução de processos sancionatórios exige profundo conhecimento dos limites do poder da Administração, do estrito cumprimento do devido processo legal e das diretrizes impostas pelos órgãos de controle. O cenário atual não admite improvisos: a sanção deve ser um instrumento de tutela da juridicidade e da competitividade, livre de excessos e nulidades.

Esta formação propõe **uma imersão estratégica e aplicada**. O objetivo é capacitar profissionais de alto nível para a correta instauração, instrução e julgamento de processos, assegurando proporcionalidade nas decisões, segurança jurídica para o agente e mitigação de riscos de responsabilização institucional.

LEI Nº 14.133/2021

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

APLICAÇÃO, PROCESSO E CONTROLE

MASTERCLASS ★★★
PREMIUM

Justificativa e Finalidade

A **responsabilização administrativa** lida diretamente com garantias constitucionais sensíveis e com a continuidade de políticas públicas. Uma sanção mal aplicada, além de gerar passivos judiciais, pode desestruturar cadeias inteiras de fornecimento e prejudicar a Administração.

Na prática diária, gestores, fiscais e assessores jurídicos se deparam com a dificuldade de equilibrar o dever de punir infrações contratuais com a necessidade de garantir a razoabilidade e evitar atos de cogestão inadequados. Há o desafio constante de operar o processo administrativo de forma irretocável.

O **Masterclass Premium** foi concebido para entregar a segurança que o profissional necessita. O curso conecta a teoria do Direito Administrativo Sancionador à vivência prática dos processos de responsabilização, entregando o suporte analítico para decisões robustas, equilibradas e juridicamente blindadas.



4 SEMANAS

Duração do Curso



16 HORAS

de Conteúdo



90 DIAS

de acesso ao Curso

Os profissionais envolvidos nos processos de contratação enfrentam complexidades diárias, destacando-se:

- Compreensão e aplicação dos limites constitucionais e normativos do poder punitivo do Estado.
- Harmonização entre diferentes marcos legais (Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021) e a correta aplicação da retroatividade benigna.
- Garantia irrestrita da ampla defesa e do contraditório, sem comprometer a eficiência processual.
- Diferenciação precisa entre condutas tipificadas como ilícitas e falhas formais (o princípio da insignificância administrativa).
- Elaboração de dosimetrias proporcionais, evitando o excesso de punição e a consequente responsabilização do próprio agente público.
- Atuação preventiva e responsiva perante o escrutínio constante dos Tribunais de Contas.

LEI Nº 14.133/2021

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

APLICAÇÃO, PROCESSO E CONTROLE

MASTERCLASS ★★★
PREMIUM

POR QUE ESTE CURSO É DIFERENTE?

- **Abordagem prática** e orientada à realidade da Administração Pública, com foco na aplicação concreta das sanções.
- Integração entre fundamentos jurídicos, processo administrativo sancionador e atuação dos órgãos de controle.
- Ênfase nos limites do poder punitivo estatal, com base em **garantias constitucionais**.
- **Análise de casos concretos** e entendimentos relevantes do TCU, dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios e também dos tribunais superiores.
- **Perspectiva estratégica** para evitar nulidades e responsabilizações indevidas.
- Curso ministrado por quem atua na prática com o **processo sancionador**.

PROFESSORES CONVIDADOS



LEI Nº 14.133/2021

SANÇÕES

ADMINISTRATIVAS

APLICAÇÃO, PROCESSO E CONTROLE

MASTERCLASS ★★★
PREMIUM

ANDERSON PEDRA

Coordenador Técnico e professor

Procurador do Estado do Espírito Santo. Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Doutor em Direito do Estado (PUC/SP). Advogado e Consultor em Direito Público. Professor colaborador do Mestrado em Direito da FDV e do Mestrado em Gestão Pública da UFES. Professor na graduação de Direito Administrativo e de Direito Constitucional da FDV/ES. Professor em pós-graduação de diversas instituições de ensino no Brasil. Autor de obras jurídicas.

CARMEN CARNEIRO

Professora

Advogada, consultora jurídica e professora, especialista em Direito Administrativo e em Licitações e Contratos Administrativos. Coautora de obras jurídicas publicadas pelas editoras Negócios Públicos, CEEJ, Juspodivm e Fórum. Premiada no 17º Congresso Brasileiro de Pregoeiros (2021) pelo melhor artigo sobre Pregão. Professora da FADEP/RP-USP, CERS, Faculdade Baiana de Direito e Universidade Católica de Santa Catarina. Membro da Comissão de Estudos em Licitações e Contratos da OAB/BA, colunista do Portal de Compras Públicas e consultora jurídica para empresas licitantes em diversos estados brasileiros.

RONNY CHARLES

Professor

Advogado. Consultor Jurídico e Parecerista. Sócio fundador do Torquetti & Torres Advogados. Doutor em Direito do Estado (UFPE). Mestre em Direito Econômico (UFPB). Pós-graduado em Direito tributário (IDP). Pós-graduado em Ciências Jurídicas (UNP). Membro fundador do Instituto Nacional de Contratações Públicas. Autor de diversos livros jurídicos e referência nacional em Licitações Públicas, Direito Administrativo, Licitações e Contratos nas Empresas Estatais, E-marketplace e Contratações públicas.

VIVIANE MAFISSONI

Professor

Advogada, especialista em Direito Público e formada em Alta Liderança pela Fundação Dom Cabral. Diretora Acadêmica do Instituto Nacional da Contratação Pública (INCP), Coordenadora-Geral de Logística da Advocacia-Geral da União (AGU) e Analista Jurídica de Políticas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Membro da Comissão de Licitações e Contratos da OAB/DF e da Comissão de Estatais do IBDA. Professora de pós-graduação, autora e coautora de obras sobre contratações públicas, além de palestrante com atuação destacada nas áreas de Licitações, Lei nº 14.133/2021, Estatais e Sanções Administrativas.

DIFERENCIAIS DA FORMAÇÃO

- **Enfoque Pragmático e Estratégico**

A formação vai além da leitura normativa. Traduz a legislação, a doutrina e a jurisprudência em parâmetros de ação seguros, permitindo que a teoria se aplique diretamente na elaboração de defesas, pareceres e julgamentos.

- **Inteligência e Prevenção de Riscos**

Foco na atuação preditiva. O curso ensina a identificar vulnerabilidades processuais, garantindo a correção de rumos antes que se consolidem nulidades ou danos ao erário e à imagem institucional.

- **Ambiente de Excelência Coletiva**

Um espaço exclusivo para o debate de teses e compartilhamento de vivências entre profissionais da mesma envergadura, estimulando a construção de soluções sólidas para os dilemas diários das contratações.

PÚBLICO-ALVO

O curso foi estruturado para profissionais que atuam direta ou indiretamente com **processos sancionatórios em contratações públicas**:

- Gestores públicos e agentes de contratação.
- Fiscais e gestores de contratos administrativos.
- Advogados públicos e assessores jurídicos.
- Auditores e membros de controle interno e externo.
- Profissionais do setor privado que contratam com a Administração Pública.

METODOLOGIA

- Conteúdo aplicado com **abordagem prática**
- **Aulas ao vivo**, realizadas em ambiente digital
- Material complementar, com orientações de apoio à atuação profissional
- **Grupo de discussão**, para interação entre alunos e coordenação do curso

SANÇÕES

ADMINISTRATIVAS

APLICAÇÃO, PROCESSO E CONTROLE

MASTERCLASS ★★★
PREMIUM

BENEFÍCIOS DO CURSO

A formação reflete-se na imediata elevação da qualidade processual da sua instituição, proporcionando:

- Domínio técnico abrangente para a correta aplicação das regras sancionatórias instituídas pela Lei nº 14.133/2021.
- Segurança institucional nas relações contratuais, reduzindo a incidência de questionamentos jurídicos e auditorias desfavoráveis.
- Aperfeiçoamento da linha de defesa do órgão público por meio de atos administrativos sólidos, bem instruídos e inquestionavelmente motivados.

Clareza na adoção de medidas alternativas e consensuais para a resolução eficiente de conflitos contratuais

RESULTADOS ESPERADOS

- Maior **segurança jurídica** na condução de processos sancionatórios.
 - **Redução de nulidades** e inconsistências na aplicação de penalidades.
 - **Aprimoramento** da atuação administrativa em face de infrações contratuais e licitatórias.
 - Capacitação para **atuação estratégica** perante órgãos de controle.
 - Formação de profissionais aptos a aplicar sanções com técnica, equilíbrio e fundamentação adequada.
-

INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

- **Carga horária:** 16 horas de conteúdo
 - **Formato:** 100% digital e online, com aulas ao vivo
 - **Duração do curso:** 4 semanas
 - **Tempo de acesso:** 90 dias
 - **Certificação:** Certificado oficial do Grupo Centrum, instituição reconhecida na área jurídica
-

LEI Nº 14.133/2021

SANÇÕES

ADMINISTRATIVAS

APLICAÇÃO, PROCESSO E CONTROLE

MASTERCLASS ★★★
PREMIUM

CERTIFICAÇÃO

Os participantes que cumprirem os requisitos do curso receberão certificado oficial emitido pelo Grupo Centrum, reconhecido nacionalmente pela excelência na capacitação de profissionais que atuam com a Administração Pública.

O certificado comprova a participação em formação especializada voltada à **Aplicação, Processo e Controle de Sanções Administrativas**, com carga horária e conteúdo alinhados às exigências da Administração Pública e à aplicação da **Lei nº 14.133/2021**.

Garanta sua participação agora mesmo

Fale conosco para mais informações sobre planos corporativos

[Site Oficial do Grupo Centrum](#) | [WhatsApp Oficial](#) | [Envie-nos um email](#)

Conheça o Programa Completo do Curso

BLOCO I — Fundamentos e Premissas do Poder Sancionador

Parte 1 — Aspectos fundantes (*Anderson Pedra*)

- A sanção como cláusula exorbitante e o lugar do poder punitivo nas contratações públicas.
- Independência e concomitância de instâncias: Tribunais de Contas, improbidade administrativa e ilícitos penais; o *non bis in idem*.
- A coexistência de dois marcos normativos (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021) e a retroatividade benigna.
- (Des)necessidade de regulamentação: União, demais entes e estatais.
- O agente sancionador: competências, delegação, impedimento e suspeição, composição da comissão e apoio técnico-jurídico.

Parte 2 — Direito administrativo sancionador e seus princípios (*Anderson Pedra*)

- Existência e autonomia do direito administrativo sancionador; aplicação subsidiária das normas de direito penal.
- Funções reparadora e pedagógica da sanção.
- Legalidade estrita, tipicidade moderada, motivação, verdade real e presunção de inocência.
- Ampla defesa e contraditório; cautelares e contraditório diferido; não surpresa.
- Culpabilidade, individualização da pena, dosimetria (proporcionalidade), segurança jurídica e aplicação da LINDB.
- Há um dever de aplicar sanção? Indisponibilidade do interesse público e "direito administrativo do medo".

BLOCO II — A Infração Administrativa

Parte 1 — Teoria da infração (*Carmen Boaventura*)

- Conduta ilícita e a "mera" irregularidade: o princípio da insignificância na esfera administrativa. Os "registros" (art. 117, § 1º) configuram infrações puníveis?
- Condições de configuração: conduta reprovável, tipo descrito e culpabilidade (dolo e culpa grave/leve).
- Excludentes de tipicidade, de antijuridicidade (estado de necessidade, exercício regular de direito, estrito cumprimento de dever legal) e de culpabilidade (erro de tipo e de proibição, inexigibilidade de conduta diversa, caso fortuito e força maior).
- Concurso material, concurso formal e continuidade infracional.
- Prescrição e preclusão da pretensão punitiva.

Parte 2 — Infrações em espécie e nos diferentes regimes (Viviane Mafissoni) – 02 horas

- Infrações nas licitações da Lei 14.133/2021 (fase licitatória e pré-contratual).
- Infrações da Lei 14.133/2021 com pacto assinado: inexecução total ou parcial, atraso injustificado...
- Infrações após a execução do contrato: o vício redibitório.
- Infrações na Lei Anticorrupção, na Lei das estatais (Lei nº 13.303/2016) e no Sistema "S".
- A importância da regulamentação para a "tipificação" das infrações.

BLOCO III — Consequências: Sanções, Dosimetria e Efeitos

Parte 1 — Espécies sancionatórias e dosimetria (Ronny Charles) – 02 horas

- Advertência; multa moratória e punitiva (parâmetros, previsão editalícia/contratual e execução); multa da LAE.
- Suspensão, impedimento e declaração de inidoneidade: efeitos, amplitude e prazos; particularidades nas estatais e no RDC.
- Publicação extraordinária e consequências no Sistema "S".
- Competência para aplicação e correlação (relativa) entre infrações e espécies sancionatórias.
- (Im)possibilidade de cumulação; dosimetria, efeito concreto do prejuízo, atenuantes, agravantes e consequencialismo decisório.

Parte 2 — Efeitos, alcance subjetivo e extinção (Ronny Charles) – 02 horas

- Efeitos sobre pactos já firmados: outros contratos, prorrogações e uso de atas de registro de preços.
- Ressarcimento de danos, dano imaterial, não locupletamento e retenção (legítima e ilegítima) de pagamento.
- Alcance subjetivo: descon sideração da personalidade jurídica, sócios e responsáveis, ocorrência impeditiva indireta e consórcios.
- Extinção das sanções: cumprimento, invalidação, perdão, reabilitação, transação e retroação benigna.
- Aplicação indevida de sanção: excesso de punição, desvio de finalidade, responsabilidade objetiva do Estado e responsabilização do agente público.

BLOCO IV — Processo de Responsabilização e Soluções Consensuais

Parte 1 — O processo de responsabilização na prática (**Viviane Mafissoni**) – 02 horas

- Princípios aplicáveis: duração razoável, oficialidade e formalismo moderado; aplicação subsidiária do CPC/2015 e da Lei nº 9.784/1999.
- Fase instauratória: notícia da irregularidade, atuação *ex officio*, dever de apurar, apuração preliminar e conteúdo mínimo da citação.
- Fase instrutória: defesa escrita, verdade material, prova testemunhal, pericial, ilícita e emprestada; alegações finais e relatório final.
- Fase decisória: prazo para decidir, motivação e oitiva da Assessoria Jurídica quanto à dosimetria.
- Fase recursal: pressupostos, efeitos devolutivo e suspensivo, *non reformatio in pejus* e coisa julgada administrativa.
- Fase executória: vigência e registro das sanções proibitivas (CEIS/CNEP e demais cadastros), pagamento administrativo e formação de CDA.
- Apuração e julgamento conjuntos (LAE, LLC e NLLCA).

Parte 2 — Consensualidade e controle (**Anderson Pedra**) – 02 horas

- Da imperatividade à consensualidade: a Administração Pública consensual.
- Autocomposição, conciliação, mediação e Comitês de Resolução de Disputas (*dispute boards*).
- Acordo de leniência: alcance, efeitos, processamento e acompanhamento pelos Tribunais de Contas.
- Arbitragem em matéria contratual sancionatória.
- Controle da dosimetria pelo Judiciário e pelos Tribunais de Contas; boas práticas para mitigação de riscos institucionais.